



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho**



**PRIMEIRA CÂMARA – SESSÃO: 17/09/13**

80 TC-000436/017/10

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Ituverava.

**Contratada:** Ormísio da Silva Construções Ltda. – ME.

**Autoridade(s) Responsável(is) pela Abertura do Certame Licitatório, pela Homologação e Autoridade(s) que firmou(aram) o(s) Instrumento(s):** Mario Takayoshi Matsubara (Prefeito).

**Objeto:** Contratação de empresa para reforma e adequação na Escola Trajano Francisco Borges.

**Em Julgamento:** Licitação – Convite. Contrato celebrado em 19-08-08. Valor – R\$147.044,20. Termo Aditivo de 12-09-08. Justificativas apresentadas em decorrência da(s) assinatura(s) de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Eduardo Bittencourt Carvalho, publicada(s) no D.O.E. de 10-02-11.

**Advogado(s):** Daniela Gabriel Clemente Fasson, Eduardo Leandro de Queiroz e Souza e outros.

**Fiscalizada por:** UR-6 – DSF-II.

**Fiscalização atual:** UR-17 – DSF-I.

## **1. RELATÓRIO**

**1.1.** Em exame, **Convite nº 35/08** e respectivo **Contrato**, celebrado, aos 19.08.08, entre a **Prefeitura Municipal de Ituverava e Ormísio da Silva Construções Ltda. - ME**, tendo por objeto a reforma e adequação do imóvel onde funciona a Escola Trajano Francisco Borges, pelo valor inicial de R\$ 147.044,20.

Também em análise o **Termo Aditivo** firmado em 12.09.08, com a finalidade de acrescer em 30,8% o objeto pactuado, correspondente a R\$ 45.326,90.

**1.2.** O presente feito foi autuado por determinação do então Conselheiro Eduardo Bittencourt Carvalho, relator do TC-1986/026/08, que tratou das contas anuais da Prefeitura Municipal de Ituverava, referentes ao exercício de 2008, e cujo voto foi acolhido pela Colenda Primeira Câmara, em sessão de 27/04/2010.

Naqueles autos, a Fiscalização apontou, em seu relatório, (cópia às fls.150/158), as seguintes ocorrências:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho**



- a) Durante a execução contratual, foram feitos pagamentos cujo total superou o valor da modalidade “convite”, portanto, o ajuste em tela deveria ter sido procedido de tomada de preços;
- b) Descumprimento do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, uma vez que não constaram dos autos as justificativas para alteração do preço pactuado;
- c) Não foram apresentados os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, em infringência ao artigo 73, I, da Lei de Licitações (*“requisitado, foi encaminhado o Termo de Conclusão da Obra às fls. 221”*).

**1.3.** Às fls. 222/226 e 227, a Unidade Regional de Ribeirão Preto – UR-06 concluiu pela irregularidade da matéria, em razão das seguintes falhas:

- a) *“Requisitado (fls. 208), não foi encaminhado o Cadastro do Responsável pela assinatura do contrato, nos termos do Anexo II das Instruções 2/2008”;*
- b) *“Ausência de elementos comprobatórios de prévia pesquisa de preços, prejudicando a verificação da conformidade dos preços propostos com aqueles praticados no mercado, nos termos do disposto no artigo 43, IV, da Lei de Licitações”;*
- c) Foi encaminhada pela Origem uma declaração (fls. 220), afirmando que o orçamento básico pautou-se na Planilha de Preços da FDE, mas não há elementos nos autos que comprovem a veracidade respectiva.

**1.4.** Notificada (fl. 228), a Prefeitura Municipal de Ituverava apresentou os esclarecimentos de fls. 233/265, argumentando, em síntese, que, de acordo com o preço estimado inicialmente, optou-se pela adoção da modalidade “convite”, não tendo havido burla à lei de regência.

As modificações levadas a efeito por meio do Termo Aditivo firmado decorreram de fatores supervenientes, surgidas no curso da execução contratual.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho**



Quanto ao orçamento, argumentou que ***“foi realizada informalmente, ou seja, teve como base a tabela de preços da Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE”*** (grifos no original), e que *“não seria possível realizar ou solicitar, de forma adequada, que as empresas oferecessem individualmente suas cotações de preços”*, tendo em vista o significativo número de itens constantes da planilha.

Ademais, no tocante aos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo da Obra, devem ser considerados regulares, pois apenas convalidaram *“uma situação de recebimento da obra, em cumprimento ao que dispõe a Lei de Licitações”*, e *“o termo foi devidamente formalizado”*.

**1.5.** As Assessorias Técnicas emitiram pareceres divergentes, opinando, às fls. 272/273, pela irregularidade da matéria, e, às fls. 274/276, no sentido oposto.

**1.6.** A Chefia de ATJ posicionou-se pela aprovação dos atos em análise (fls. 277/278).

É o relatório.



## **2. VOTO**

**2.1.** Em exame, **Convite nº 35/08** e respectivo **Contrato**, celebrado, aos 19.08.08, entre a **Prefeitura Municipal de Ituverava** e **Ormísio da Silva Construções Ltda. - ME**, tendo por objeto a reforma e adequação do imóvel onde funciona a Escola Trajano Francisco Borges, pelo valor inicial de R\$ 147.044,20.

Também em análise o **Termo Aditivo** firmado em 12.09.08, com a finalidade de acrescentar em 30,8% o objeto pactuado, correspondente a R\$ 45.326,90.

**2.2.** Os argumentos de defesa não se mostram capazes de afastar a totalidade das falhas apontadas na instrução do feito.

**2.3.** De fato, observo que a vigência originalmente ajustada era de apenas 02 (dois) meses, e, menos de 01 (um) mês após a celebração do Contrato, as partes assinaram Termo Aditivo que majorou o preço em R\$ 45.326,90, o que evidencia, no mínimo, falta de planejamento da Administração e/ou a existência de inconsistências no Projeto Básico.

Em que pese existir previsão legal para aditamento dessa proporção (artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93), não há como atestar, sem a devida motivação, sua real necessidade, tampouco se os serviços aditados se encontram em consonância com o objeto licitado.

Isso porque, quando da assinatura do citado Aditivo, a Prefeitura Municipal de Ituverava limitou-se a elaborar uma planilha de única folha (fls. 215), contendo a descrição genérica dos serviços acrescidos, sem qualquer justificativa técnica a respeito.

O ato praticado, somado à ausência de justificativa para o aumento dos quantitativos, constitui indício de burla aos mandamentos da Lei nº 8.666/93, em especial ao artigo 23, uma vez que, com o aumento do preço, o valor total do Contrato passou a ser de R\$ 192.371,10, superior, portanto, ao estabelecido para a modalidade “convite” (R\$ 150.000,00).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho**



Dessa forma, caberia, no caso, a “tomada de preços”, modalidade mais rigorosa que a adotada pela Origem no presente caso.

A propósito, observo que nenhum dos itens acrescidos estava previsto na planilha orçamentária inicial. Assim, e diante da falta de motivação, parece-me que, na verdade, houve uma divisão dos elementos que seriam necessários à execução plena do objeto, de forma que uma parte constou da relação originária, precedente ao certame, com a inclusão, menos de 01 mês depois, dos itens remanescentes, mediante Termo Aditivo, o que corrobora para a tese de violação aos dispositivos da Lei nº 8.666/93, que definem as modalidades licitatórias, de acordo com os preços estimados das contratações pretendidas.

**2.4.** Outra falha grave o suficiente para macular a matéria consiste na ausência de prova consistente da consonância dos preços pactuados com os praticados no mercado.

Questionada sobre o assunto, a Origem afirmou que “a **pesquisa de preços, foi realizada informalmente, ou seja, teve como base a tabela de preços da Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE**” (grifos originais no texto), sem apresentar, contudo, nenhuma documentação comprobatória de sua alegação.

Ressalte-se, aliás, que não é admissível o argumento de que houve pesquisa informal, já que a Administração Pública é regida, dentre outros, pelo princípio da transparência, de forma que todos os seus atos devem ser devidamente registrados e comprovados, de forma a possibilitar sua fiscalização pelos órgãos de controle interno e externo, bem como pela população em geral.

Assim sendo, não restou efetivamente demonstrada nos autos a observância ao artigo 43, IV, da Lei nº 8.666/93.

**2.5.** Foi descumprido, também, o disposto nas alíneas “a” e “b” do inciso I do artigo 73 da Lei de Licitações, eis que não emitidos os termos de recebimento provisório e definitivo da obra.

Quanto ao documento acostado às fls. 221 (Termo de Conclusão de Obra), entendo que não substitui os instrumentos supracitados, pois não



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho**



contém a assinatura de ambas as partes, nem atesta a adequação do objeto aos termos contratuais.

A propósito, esta Corte de Contas não está preocupada apenas com os aspectos formais dos termos de recebimento; interessa saber se foram encontradas falhas na execução (o que é absolutamente comum em se tratando de obras e serviços de engenharia); se as correções necessárias foram providenciadas; se houve imposição de multa à Contratada por algum motivo, e se o objeto entregue condiz efetivamente com o quanto pactuado.

**2.6.** Ante o exposto, **VOTO** pela **IRREGULARIDADE** do **Convite nº 35/08**, do **Contrato** firmado em 19.08.08 e do **Termo Aditivo**, de 12.09.08, com o acionamento do disposto nos incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93, concedendo ao atual Prefeito do Município de Ituverava, Sr. **WALTER GAMA TERRA JUNIOR**, o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, para que informe a esta Corte as providências adotadas em face da presente decisão, inclusive a apuração de responsabilidades e eventual aplicação das sanções cabíveis.

**VOTO**, também, com fundamento no inciso II do artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93, pela aplicação de multa equivalente a **300 UFESPs** ao Prefeito da época, Sr. **MARIO TAKAYOSI MATSUBARA**, responsável pelas irregularidades praticadas, por violação ao disposto nos artigos 23, I, “b”, 43, IV, e 73, I, “a” e “b”, todos da Lei 8.666/93, fixando o prazo de 30 (trinta) dias para cumprimento do aqui disposto.

Após o trânsito em julgado, remeta-se cópia da decisão ao Ministério Público do Estado de São Paulo, para que adote as medidas de sua alçada que entender cabíveis.

É como voto.

**DIMAS EDUARDO RAMALHO**  
**CONSELHEIRO**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho**



34

34